



Processos de Subjetivação no Serviço Social

5

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020



Processos de Subjetivação no Serviço Social

5

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima

Luiza Batista

2020 by Atena Editora

Maria Alice Pinheiro

Copyright © Atena Editora

Edição de Arte

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Luiza Batista

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Revisão

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

Os Autores

pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Processos de subjetivação no serviço social

5

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Thaislayne Nunes de Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P963 Processos de subjetivação no serviço social 5 [recurso eletrônico] /
Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR:
Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: Word Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-230-2

DOI 10.22533/at.ed.302202907

1. Assistência social. 2. Política social – Brasil. 3. Serviços
sociais. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de.

CDD 361

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br


Ano 2020

APRESENTAÇÃO

Caro leitor, é com imenso prazer que apresento a coletânea: “Processos de Subjetivação no Serviço Social”, composta por 88 trabalhos organizados em 5 volumes. Esta coletânea exhibe textos sobre as múltiplas facetas do processo de trabalho do Assistente Social e análises de diferentes políticas públicas brasileiras.

Como é sabido, o contexto brasileiro é permeado por contradições históricas. Ouso sinalizar a atual conjuntura centrada em discussões rasas, com a propagação do senso comum como verdade absoluta. Portanto, torna-se ainda mais necessário dar visibilidade a estudos técnicos e científicos. Sendo assim, esta leitura é imprescindível durante a formação profissional e também aos assistentes sociais, pois, contribui significativamente com reflexões sobre os nós, entraves e questões contemporâneas, que perpassam o cenário brasileiro e respectivos desdobramentos na profissão e nas políticas públicas.

Os dois primeiros volumes reservam a discussão do Serviço Social, abordando a formação profissional, apontamentos sobre os Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social, da questão social, do Projeto Ético Político, da instrumentalidade. Além das discussões acerca das dimensões profissionais e das vulnerabilidades correspondentes às experiências em diversos espaços socioocupacionais.

O terceiro volume discorre prioritariamente sobre diferentes políticas públicas, como: política de saúde, política de saúde mental, promoção de saúde dos idosos. Além do mais, este volume possibilita a visibilidade para estudos variados acerca das inúmeras situações que perpassam a vida das mulheres brasileiras.

O quarto volume expõe: adoção, adolescentes, medidas socioeducativas, drogas, violência, família, idosos. As respectivas análises são distintas, porém, demonstram aspectos que perpassam a vida brasileira, sobretudo pela abordagem do recorte de classe e étnico-racial.

Por fim, e não menos importante, o quinto volume exhibe novamente especificidades das políticas públicas, evidenciando a discussão sobre a questão do território, questão urbana, saneamento básico, seguridade social, política de assistência social. Este volume apresenta ainda discussão sobre questão étnico-racial, racismo e refugiados.

Como foi possível perceber os livros contemplam análises abrangentes, que convergem e se complementam sob a ótica do contexto histórico brasileiro e suas respectivas contradições sociais. Vale ressaltar, que os cinco volumes contribuem com a análise das políticas públicas mais empregadoras dos assistentes sociais no Brasil, motivo pelo qual se ratifica a importância desta leitura aos acadêmicos e ainda para fins de atualização profissional.

Desejo a todas e todos excelente leitura!

Thaislayne Nunes de Oliveira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EXPROPRIAÇÃO DA TERRA: ELEMENTOS E GÊNESE DA PROPRIEDADE PRIVADA DA TERRA NA EUROPA	
Taiane Macêdo Silva Adriana Freire Pereira Ferriz Emanuel Luiz Pereira da Silva Vanessa Carla Borges de Lima Thaúanna Gomes Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.3022029071	
CAPÍTULO 2	7
SANEAMENTO BÁSICO: FATORES HISTÓRICOS E DESIGUALDADES PERSISTENTES AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	
Andressa Caroline de Lima Giovana Galvan Marli Renate von Borstel Roesler	
DOI 10.22533/at.ed.3022029072	
CAPÍTULO 3	19
A SOBREVIVÊNCIA NO URBANO: OS ARTESÃOS NA FEIRINHA DA PRAIA GRANDE DE SÃO LUÍS	
Rayssa Cordeiro Silva Carvalho Rocha Alanna Larissa Aragão Teles Giovanna de Abreu Araujo	
DOI 10.22533/at.ed.3022029073	
CAPÍTULO 4	28
O JORNAL COMO INSTRUMENTO DE ORGANIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS: O CASO DO <i>JORNAL DA PERIFERIA</i>	
Rozinaldo Antonio Miani	
DOI 10.22533/at.ed.3022029074	
CAPÍTULO 5	39
JARDIM GRAMACHO: TERRITÓRIO EXTRAORDINÁRIO DO LIXO E DA INJUSTIÇA AMBIENTAL	
Valéria Pereira Bastos Mariana Andrade Lobo Silva Raphaella Ximenes Pimentel	
DOI 10.22533/at.ed.3022029075	
CAPÍTULO 6	52
REFLEXÕES SOBRE O DESLOCAMENTO DO CORPO NEGRO REFUGIADO NO BRASIL	
Mayara Castro de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.3022029076	
CAPÍTULO 7	61
CONTROLE SOCIAL: UMA REFLEXÃO ACERCA DO PAPEL DO CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS	
Renata Antônia de Souza Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.3022029077	

CAPÍTULO 8	72
BREVE ANÁLISE E REFLEXÃO HISTÓRICA ACERCA DAS POLÍTICAS SOCIAIS, E DA QUESTÃO SOCIAL NA CIDADE DE SÃO FERNANDO-RN	
Francisco das Chagas dos Santos Alves	
DOI 10.22533/at.ed.3022029078	
CAPÍTULO 9	84
CONCEITO DE REFÚGIO E AMPARO LEGAL: ALGUMAS PROBLEMATIZAÇÕES	
Carla Juliana Biesdorf	
Rosane Janczura	
Tatiana Almeida Andrade Moreno	
DOI 10.22533/at.ed.3022029079	
CAPÍTULO 10	95
A INSERÇÃO DOS REFUGIADOS EM UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS: UM DEBATE SOBRE AS POSSIBILIDADES DE INGRESSO	
Carla Juliana Biesdorf	
Fabio Jardel Gaviragui	
Rosane Janczura	
Tatiana Almeida Andrade Moreno	
DOI 10.22533/at.ed.30220290710	
CAPÍTULO 11	107
A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM DEBATE	
Giuliana Barbosa da Rocha	
Maria de Lourdes Soares	
DOI 10.22533/at.ed.30220290711	
CAPÍTULO 12	120
POPULAÇÃO NEGRA E RACISMO NO BRASIL: DETERMINAÇÕES ESTRUTURAIS E SUBALTERNIZAÇÃO	
Kíssia Wendy Silva de Sousa	
Luciana Batista de Oliveira Cantalice	
DOI 10.22533/at.ed.30220290712	
CAPÍTULO 13	128
OS REFLEXOS DO PERÍODO COLONIAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: A QUESTÃO DA SEXUALIZAÇÃO E OBJETIFICAÇÃO DA MULHER NEGRA NO BRASIL	
Jocy Helena da Costa Pantoja	
Mayara Alves Azevedo	
Luiza Silva Favacho	
Marcela Martins Maia	
DOI 10.22533/at.ed.30220290713	
CAPÍTULO 14	136
PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI FEDERAL Nº 13.019/2014 – MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (MROSC) NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O CONTROLE SOCIAL: A EXPERIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI-PR	
Bruna Eloise Souza Vettor	
Juliana Moura dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.30220290714	

CAPÍTULO 15	148
SEGURIDADE SOCIAL E DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO: A REFORMA ESTRUTURAL E SEUS REFLEXOS NO TRABALHO	
João Paulo Zanin Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.30220290715	
CAPÍTULO 16	158
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: APONTAMENTOS CRÍTICOS	
Haidée de Caez Pedroso Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.30220290716	
CAPÍTULO 17	170
A IMPORTÂNCIA DA CATEGORIA TRABALHO NO DEBATE COM USUÁRIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Vera Suzart Barbosa	
Francilene Gomes Fernandes	
Priscila Beralda Moreira de Oliveira	
Calvin Batista Campos	
DOI 10.22533/at.ed.30220290717	
CAPÍTULO 18	178
CONSIDERAÇÕES ACERCA DO ESTADO DE MISERABILIDADE NA APLICAÇÃO DO BENEFÍCIO ASSISTENCIAL ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	
Juliana Castro Torres	
Paula Martins da Silva Costa	
DOI 10.22533/at.ed.30220290718	
CAPÍTULO 19	190
O ACESSO E A ASSISTÊNCIA A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA UFRN	
Lenita Maria dos Santos Fernandes	
Cintia Paixão da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.30220290719	
SOBRE A ORGANIZADORA	200
ÍNDICE REMISSIVO	201

O ACESSO E A ASSISTÊNCIA A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA UFRN

Data de aceite: 01/07/2020

Data de submissão: 03/04/2020

Lenita Maria dos Santos Fernandes

Universidade Federal do Rio Grande do Norte,
Departamento de Serviço Social
Natal – RN

<http://lattes.cnpq.br/6379604742044675>

Cintia Paixão da Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Norte,
Departamento de Serviço Social
Natal – RN

<http://lattes.cnpq.br/3401980242399345>

RESUMO: Este artigo possui como objetivo analisar a condição de acesso e a assistência estudantil oferecida aos deficientes visuais na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Para isso, utilizamos como fundamentação de pesquisa o materialismo histórico dialético e como metodologia uma pesquisa básica e qualitativa de caráter exploratório, realizada através de entrevistas, visitas e levantamento bibliográfico. Esses meios possibilitam os seguintes resultados: conhecimento da estrutura legal que regulamenta o acesso e a assistência de deficientes as Instituições de Ensino Superior e conhecimento

da estrutura assistencial oferecida pela UFRN.

PALAVRAS-CHAVE: Deficiência visual. Educação. Assistência estudantil. UFRN.

ACCESS AND ASSISTANCE TO VISUALLY IMPAIRED PEOPLE AT UFRN

ABSTRACT: This article aims to analyze the condition of access and student assistance offered to the visually impaired at the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN). For that, we use as research foundation dialectical historical materialism and as a methodology a basic and qualitative research of an exploratory nature, performed through interviews, visits and bibliographic survey. These means make possible the following results: knowledge of the legal structure that regulates the access and assistance of disabled people in Higher Education Institutions and knowledge of the assistance structure offered by UFRN.

KEYWORDS: Visual impairment. Education. Student assistance. UFRN.

1 | INTRODUÇÃO

Os deficientes visuais por muito tempo foram sujeitos sem direitos na sociedade brasileira, principalmente quanto ao

atendimento de suas necessidades especiais no âmbito da educação. No entanto, na atualidade existem leis e regulamentações que regimentam e possibilitam o acesso dos deficientes as instituições de ensino superior. Por isso, foi escolhido como objetivo de pesquisa para este artigo conhecer as condições legais que permitem o acesso, no caso, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e a assistência estudantil a eles ofertada na instituição federal.

Os deficientes visuais, pessoas cegas ou com baixa visão, estão em todos os lugares e presentes no nosso cotidiano, no entanto, sua inclusão dentro da sociedade nem sempre foi realizada, faltava compreender suas especificidades e buscar meios para o atendimento de suas necessidades. Após muita luta para obtenção de direitos que foram conseguidos através de políticas nacionais, leis, diretrizes e regulamentações os deficientes puderam finalmente ser reconhecidos como seres humanos normais, iguais, sujeitos de direito e que devem possuir uma vida digna em todas as áreas, inclusive a educacional.

A luta é constante, porém não se deve desistir. Em 2007 foi regulamentada a Política Nacional de Educação Especial que permitiu a promoção de uma educação especializada que promove inclusão. Depois dessa outras vieram como as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica em 2009, Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei nº 13.409, de 28 de Dezembro de 2016 que altera a Lei nº 12.711, de 29 de Agosto de 2012 e que trata a respeito da reserva de vagas e do ingresso de pessoas com deficiência nas universidades federais e demais instituições federais de ensino técnico de nível médio.

Em razão disso, o tema escolhido para o artigo foi à deficiência visual, objetivando a área da educação, das Necessidades Educacionais Especiais. Notadamente, quais condições são postas aos cegos e pessoas com baixa visão para que possam acessar o ensino superior e como são assistidos dentro de uma instituição, no caso a UFRN. A perspectiva teórico metodológica escolhida para tratar o tema foi método de Marx, o materialismo histórico dialético que permite uma construção e aproximação crítica acerca do tema. A metodologia utilizada foi uma pesquisa básica qualitativa e exploratória, que permita a geração de conhecimentos com qualidade de informações.

O artigo está estruturado em quatro partes: contextualização a respeito da educação especial, tópicos legais, que regulamentam o acesso e a inclusão de deficientes visuais em escolas e universidades, a banca de admissão da UFRN e Estrutura assistencial da UFRN – Comissão de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (CAENE) e Laboratório de Acessibilidade.

2 | EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA DEFICIENTES VISUAIS: DA INVISIBILIDADE À VISIBILIDADE

A jornada que os deficientes visuais encaram na luta por direitos e visibilidade, principalmente na área das políticas sociais e da educação, foi e é decorrente de um processo histórico. Nesta etapa do artigo faremos uma breve contextualização do caminho traçado a respeito das necessidades educacionais especiais a partir do que foi exposto por Gilberta Jannuzi em 2004 no livro “A Educação do Deficiente no Brasil dos primórdios ao início do século XXI”, especificamente o capítulo 3 - Caminhos trilhados em busca da equidade, subdivisão 1 – panorama geral, salientando as ações oficiais e civis.

De acordo com os dados levantados por Januzzi (2004), foi a partir da década de 1970 que a educação especial começou a ser tratada e pensada a partir realmente da perspectiva estatal e burocrática, já que anteriormente todos os excepcionais, termo atribuído aos deficientes visuais, mentais, físicos e superdotados, eram tratados sob o ponto de vista assistencialista e filantrópico. Em 1970 foi criado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), órgão que oficializou a entrada e tratamento da educação especial como um objetivo governamental, estatal, sendo inserido na política social.

Segundo Behring e Boschetti (2009, p. 51),

as políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas ao enfrentamento – em geral setorizadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração sobre o capital trabalho.

Em conformidade com a explicação de Behring e Boschetti sobre o que é política social é possível analisar que dentro da sociabilidade capitalista a educação especial só se tornou alvo da política social, enquanto resposta ao enfrentamento da questão do déficit educacional apresentada pelos deficientes visuais, visto que as escolas de educação especial que eram formadas dentro da sociedade desde 1930 por meio da ação social, caridade, eram constituídas de forma precária, ao passo em que essa resposta possibilita ao capitalismo produzir mais exploração, pois, por meio do acesso à educação os deficientes podem ser inseridos socialmente, ou seja, ter explorada a sua força de trabalho pelo capital.

No entanto, mesmo com a criação do CENESP, os deficientes visuais ainda eram tratados primordialmente sob uma perspectiva clínica, de menosprezo e anormalidade e não fomentadora de plenos direitos e direitos igualitários, ou seja, muito ainda havia/há que ser transformado e criado tanto na sociedade quanto na legislação.

Em 1972 foi aprovado o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 848/72, mediante o qual autoridades e prefeituras foram pressionadas a realizar medidas educacionais sobre o amparo aos excepcionais. Em 1985, através do CENESP, foi criada a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE)

e em 1999 o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE), ambos foram órgãos pelo quais os deficientes puderam ser firmados como pessoas, possibilitando uma aproximação acerca do tema e da luta dos excepcionais por acesso a assistência, tratamento e educação com qualidade e respeito. Outra realização marcada pela definição do CONADE é a troca do termo pessoa portadora de deficiência por pessoa com deficiência, pois, alguém que possui deficiências, como no caso da visual, o termo portador não se aplica, afinal, quem porta algo pode em algum momento deixar de portar, no entanto existem casos e deficiências as quais seus sujeitos não a podem deixar de portar.

Quanto à assistência e a educação há uma lei e um decreto principais que a regulam: a lei orgânica de assistência social (LOAS) e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). A Lei Orgânica de Assistência Social, Lei 8.742, foi regulamentada em 1993 e dispõe a respeito da organização da assistência social fornecida àqueles que possuem necessidades de cunho social e que para diminuí-las necessitam usufruir dos poucos direitos fornecidos pelo Estado para assim ter minimizado de forma paliativa e individual as expressões da questão social. Na sociedade atual, a capitalista, está dividida em classes: a classe dominante, burguesa e a proletária, subalterna. A sociedade é, portanto, lugar de uma luta de classes onde aqueles que não dominam em sua maioria são usuários de serviços assistenciais. Os serviços sociais assistenciais são fornecidos pelo Estado, que atua como mediador entre as classes e é colocado como instrumento de dominação burguesa por meio da regulação estatal.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil é formalizado no Decreto nº 7.234 promulgado em julho de 2010. O PNAES é aquele que regulamenta especificamente para a assistência ao estudante, deficientes ou não deficientes. Sendo assim, é por meio da PNAES que é colocado no âmbito educacional o reconhecimento e atendimento de necessidades educacionais especiais para quem precisa, sem segregação.

Segregação por muito tempo fez parte da história dos deficientes visuais. De acordo com Lúcia Martins (2004) no livro: Educação inclusiva: uma visão diferente, especificamente o capítulo 1 – Da educação especial a inclusiva: um longo caminhar, a segregação se subdivide em parcial e total. A segregação parcial consiste na criação de salas especiais para alunos com deficiência em uma escola regular, portanto isola o aluno dos demais o que impede a interação com os outros alunos, deste modo não é possível romper com os preconceitos, pois é através do convívio e da interação que os sujeitos passam a conhecer a diversidade humana. A segregação total consiste na criação de escolas especiais para alunos com deficiência, deste modo os alunos só poderão interagir com pessoas com condições semelhantes à sua.

Segundo Martins (2004, p. 25),

O percurso para se chegar à educação inclusiva passou pelo extermínio, a segregação e a omissão. A superação dessas fases situa-se no rompimento dos preconceitos com as pessoas portadoras de necessidades especiais.

Ademais, com relação à inclusão no Brasil, ela também é colocada pela pelas Leis nº 13.409 de 2016 e nº 13.146 de 2015 definidas como as Leis Brasileiras de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que permitem o acesso às Universidades Federais Públicas do Brasil para as pessoas portadoras de deficiência.

Diante disso, podemos citar o artigo 3º da Lei Nº 13.409, De 28 de Dezembro de 2016 o qual expressa que:

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

E o artigo 27º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, o qual afirma que:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Em suma, devemos ressaltar a importância de toda a legislação socioassistencial e educacional, visto que por meio dela é impulsionada a inserção das pessoas portadoras de deficiência na área da educação. Esta ocorre através das reservas de vagas, cotas, que surgem com a noção de que a educação inclusiva é direito do sujeito, portanto, é dever do Estado e da sociedade criar os mecanismos para ofertar tal educação em todos os níveis.

3 | BANCA DE ADMISSÃO DA UFRN

Para discutirmos a respeito do acesso às vagas destinadas à pessoa com deficiência na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, teremos como base a resolução Nº205/2017 que estabelece o processo e os critérios da autodeclaração de pessoa com deficiência para ingresso tanto no nível técnico quanto no de graduação na UFRN. Portanto, a resolução primeiramente caracteriza os tipos de deficiências e posteriormente descrever como se constitui processo da banca de validação.

A resolução aponta seis tipos gerais de deficiência, que são: I – deficiência física, II- deficiência auditiva, III- deficiência visual, IV- deficiência mental, V- deficiência múltipla e VI- transtorno do espectro autista. Na qual nos limitamos à deficiência visual que é subdividida da seguinte forma: cegueira e baixa visão.

A comissão coordenadora do processo de validação se constitui como uma equipe

multidisciplinar, portanto tem um representante da CAENE e servidores da Pró-reitoria de Graduação e da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas e por fim, tem um profissional de Secretaria de educação à Distância. Os profissionais devem preferencialmente ter formação e experiência ligados à temática da deficiência, a comissão deve encaminhar os profissionais para a banca de validação onde é consolidado ou não o acesso à vaga.

Art.5º §1º A Banca de Validação analisará os termos, exames e laudos comprobatórios apresentados pelos candidatos classificados, nos processos seletivos para os cursos de nível técnico e de graduação da UFRN, para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, em observância às Leis nº 12.711/2012, nº 13.409/2016, nº 12.764/2012 e nº 13.146/2015, e aos Decretos nº 3.298/1999 e nº 5.296/2004, emitindo parecer final relativo à deficiência alegada.

4 | ESTRUTURA ASSISTENCIAL DA UFRN: COMISSÃO PERMANENTE DE APOIO A ESTUDANTES COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS (CAENE)

Na Universidade Federal do Rio Grande do Norte após o acesso ao ensino na Instituição o estudante com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), como os deficientes visuais, pode ter acesso a assistência estudantil ofertada por meio da PNAES, sendo está na UFRN trabalhada através da Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais, a CAENE, que foi criada pela Portaria nº 203/2010-R está vinculada a Reitoria da Universidade e possui como objeto de trabalho a proposta e a efetivação de atividades que visem garantir o acesso, a permanência e a conclusão de cursos por parte de discentes com NEE. Através de uma entrevista com a assistente social Érika Ferreira e a estagiária em Serviço Social Juliana, foi possível conhecer o trabalho que é desenvolvido na CAENE.

Dessa forma, foram apresentados os diversos serviços ofertados aos discentes com deficiência, com altas habilidades e superdotação, com transtornos do neurodesenvolvimento e específicos da aprendizagem, sendo eles: orientação didático-pedagógica de forma contínua, reuniões e contatos contínuos com as coordenações dos cursos técnicos, de graduação e pós-graduação. Conta também com dois programas: bolsa acessibilidade que tem como objetivo fornecer um recurso financeiro para que o aluno possa arcar com as despesas de deslocamento e com aquisição de instrumentos necessários para o estudo, o programa tutoria inclusiva que tem como objetivo fornecer ao discente um acompanhamento de estudo realizado por tutor, os discentes tutorados devem preencher os seguintes requisitos: baixo desempenho acadêmico, dificuldades de organização e planejamentos de hábitos de estudos, dificuldades na elaboração de trabalho de conclusão de curso e a presença de transtorno ou dificuldade secundária na aprendizagem entre outros serviços.

Ademais, a equipe técnica é composta por duas assistentes sociais, duas psicólogas,

uma fisioterapeuta, oito pedagogas, um arquiteto, um revisor em braille, duas bibliotecárias e um design gráfico. Atualmente 69 alunos com deficiência visual têm acesso aos serviços da CAENE, deixando claro que o serviço oferecido é ofertado para todos aqueles que precisarem e que por meio do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) solicitam os seus serviços.

Ao longo da entrevista e com base na bibliografia estudada pode-se notar os benefícios e a diferença que esses programas trazem para a vida acadêmica do discente com deficiência, visto que os discentes assistidos tendem a permanecer e concluir o curso.

5 | ESTRUTURA ASSISTENCIAL DA UFRN: LABORATÓRIO DE ACESSIBILIDADE

Mediante a visita guiada ao laboratório de acessibilidade da Universidade Federal do Rio grande do Norte, com as servidoras Margareth Furtado e Ellen Alves. Esse laboratório fica localizado no interior da Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM), iniciou seus trabalhos em 2011. Hoje dispõe dos serviços como: acervo em braille, revisão de textos em braille, produção de materiais em formatos acessíveis (ampliando, braille, áudio), visita guiada ao LA, orientação e mobilidade na UFRN, digitalização dos textos, empréstimos e treinamento de tecnologias assistivas, orientação à pesquisa bibliográfica e normalização de trabalhos acadêmicos, repositório de informação acessível (RIA) e terminais de consultas com softwares de acessibilidade.

O LA tem uma equipe formada por 15 pessoas, que são: dois bibliotecários, dois assistentes administrativos, nove bolsistas, um designer, um revisor braille. Tem como parceiros a Escola de Música que tem outro laboratório, o SEDIS, Centro de Educação, a editora EDUFRN, BCZM e principalmente a CAENE, para atender as especificidades dos alunos.

A demanda de atendimento no laboratório não é fixa, fomos informadas que eles estavam atendendo até aquele dia a cinco alunos cegos e quinze com baixa visão, mas que esse número estava prestes a mudar, pois geralmente a quantidade de alunos assistidos em períodos próximos às provas aumenta. Sendo a produção de textos em formato acessível o serviço mais procurado, ou seja, a tradução dos textos em braille, também para mp3, fonte ampliada para quem tem baixa visão e também a descrição de imagens, dependendo da solicitação do aluno ou professor, deixando a equipe bem sobrecarregada, porém, tentam atender a todos. Por esse motivo, não sabemos hoje o número exato de alunos com cegueira e baixa visão que estão no momento utilizando os serviços do laboratório, visto que a quantidade de alunos muda constantemente.

O laboratório de acessibilidade tem um bom espaço para atender os alunos, apesar de não ser o mais adequado. Pois, por ser um laboratório de acessibilidade, deveria ser em um local mais acessível e visível aos alunos, para facilitar a localização e a divulgação

do mesmo. O trabalho prestado, é fundamental para alunos com cegueira e baixa visão permanecerem na universidade, há um esforço visivelmente exposto em ajudar a esses alunos.

A equipe é pequena comparada com a demanda e aos serviços oferecidos e também podemos observar na entrevista que nem toda a equipe está preparada para atender e dá suporte aos alunos, perante aos serviços oferecidos, o que mostra que nem toda a equipe está apta oferecer o suporte necessário aos alunos. Independentemente da equipe do laboratório, os professores são fundamentais nessa permanência desses alunos, eles devem ter treinamento, sensibilidade e comprometimento para conseguir ensinar atendendo às especificidades desses alunos cegos e com baixa visão.

[...] uma instituição de Ensino Superior, ao optar por princípios educacionais que possibilitem a todos os seus educandos aprenderem na interação com o outro, respeitando a individualidade e as necessidades de cada um, bem como seus diferentes estilos de aprendizagem, há que, necessariamente, serem organizadas, em seu interior, novas estruturas e assumidas novas competências por parte de seus integrantes. Isso porque o trabalho educativo numa perspectiva inclusiva exige o comprometimento de todos os que a constituem, quer seja no combate a todo tipo de ação excludente, discriminatória, preconceituosa e que conduza ao fracasso, quer seja na promoção da cidadania. (SILVA, 2013, p. 61-62)

Professores sem treinamento para lidar com esses alunos, também é um grande problema que deve ser analisado. Pois eles estão lidando diretamente e com mais frequência com eles, portanto, deve haver um espaço aberto de comunicação entre o professor e o aluno, assim o professor poderá identificar o que poderá fazer para ajudar o seu aluno e atender as especificidades dele na sala de aula, claro que para isso, vale enfatizar a importância da capacitação dos professores, coisa que na qual sentimos muita falta de informação sobre esse tipo de treinamento junto a CAENE e no Laboratório de Acessibilidade.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pessoas que possuem deficiência visual, seja cegueira ou baixa visão, enfrentam embates constantes relacionados à sua própria condição de vida de forma pessoal e social. Existe uma história a respeito das deficiências e necessidades especiais que envolvem personagens que sempre lutam por direitos, reconhecimento, oferta e acesso a assistência social, educação e saúde com qualidade e integralidade.

No âmbito da educação, os deficientes visuais possuem necessidades especiais que devem ser atendidas através da oferta de recursos assistenciais que possam minimizar os limites colocados pela deficiência. Os recursos assistenciais são/devem ser fornecidos pelo Estado por meio de Políticas Públicas Sociais e passadas em forma de assistência financeira ou recursos instrumentais criados especialmente para eles.

Nem sempre foi permitido aos deficientes acessar uma educação de qualidade, seja

no ensino básico ou no superior. No entanto, na sociedade atual há leis e regulamentações que decretam e tornam possível o acesso e permanência de pessoas com necessidades educacionais especiais em instituições de ensino básico e superior que podem ter em sua estrutura capacidade de conceder uma educação de alto nível a todos.

No caso da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, para o atendimento de necessidades educacionais especiais e a proposta de uma educação qualificada para os deficientes visuais existe uma estrutura assistencial que atua principalmente por meio da Política Nacional de Assistência Estudantil e da Portaria nº 203/2010-R. A estrutura é administrada pela Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (CAENE), pela qual é apresentada a concessão de auxílios como tutoramento acadêmico, lupas para estudo individual para aqueles que possuem baixa visão, transformação de textos em áudio, ampliação de letras e outros direitos assistenciais.

Entretanto, nem todos os deficientes visuais que são alunos da UFRN conhecem a estrutura assistencial e são atendidos por ela. Ademais, vale ressaltar que por mais que a UFRN ofereça tal organização nem todas as instituições de ensino possuem uma estrutura assistencial e investimentos públicos para incluir a todos em suas diversas dificuldades apresentadas.

À vista disso, constatamos que ainda falta um longo caminho para que a UFRN e as demais instituições possam disponibilizar uma estrutura física plena de acesso aos alunos com cegueira e baixa visão como também qualquer outro tipo de deficiência. Não obstante, há um esforço, ainda que mínimo, por parte do Estado e das organizações para atender as demandas apresentadas. A inclusão ainda está caminhando lentamente e com esse novo governo e cortes na educação provavelmente vai ficar cada vez mais difícil de mudar a realidade de acesso e permanência de alunos com cegueira e baixa visão a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, mas nem por isso a luta e a história deve ser esquecida ou dada por encerrada.

REFERÊNCIAS

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. B. **Política Social: fundamentos e História**. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. **DECRETO Nº 3.298, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, DF, DEZ 1999. Disponível em: < www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm >. Acesso em: 17 nov. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **DECRETO Nº 7.234, DE 19 DE JULHO DE 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm >. Acesso em: 04 mai. 2019.

BRASIL. **LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993**. Dispõe sobre a Assistência Social e dá outras providências. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Brasília: DF. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742compilado.htm >. Acesso em: 04 mai. 2019.

BRASIL. **LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, JUL 2015. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm >. Acesso em: 17 nov. 2018.

BRASIL. **LEI Nº 13.409, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília, DF, DEZ 2016. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm >. Acesso em: 17 nov. 2018.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. **PARECER CFE Nº 848 de 1972**. Dispõe sobre a educação de excepcionais, de 10 de agosto de 1972. Brasília, 1972.

BRASIL. **RESOLUÇÃO Nº 4, DE 5 DE OUTUBRO DE 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, DF, OUT 2009. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf >. Acesso em: 17 fev. 2019.

JANUZZI, G. M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2004.

MARTINS, Lúcia. Da educação especial a inclusiva: um longo caminhar. FIGUEIRA, Marcus. **Educação Inclusiva: uma visão diferente**. Natal: EDUFRN, 2004. p. 25-36

NATAL. **RESOLUÇÃO Nº 205/2017 - CONSEPE, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017**. Estabelece procedimentos e critérios para validação da autodeclaração de pessoas com deficiência nos processos seletivos para ingresso nos cursos de nível técnico e de Graduação da UFRN, em decorrência do disposto nas Leis nº 12.711/2012 e nº 13.409/2016, e dá outras providências. Natal, RN, DEZ. 2017. Disponível em: < <https://sigrh.ufrn.br/sigrh/downloadArquivoidArquivo=4661597&key=db476cde3bc224fbaae5ff3c97ee38c9> >. Acesso em: 4 mai. 2019.

NATAL. **PORTARIA Nº205 DE 15 DE MARÇO DE 2010**. Institui a criação da CAENE. Natal, RN, MAR. 2010. Disponível em: < http://arquivos.info.ufrn.br/arquivos/20111481665d196012292eedc2db204c/PORTARIA_203.PDF >. Acesso em: 4 mai. 2019.

SILVA, Luzia. Orientações Didáticas para Atuação Pedagógica Junto a Estudantes com Deficiência Visual, no Ensino Superior. *In*: MELO, Francisco (org). **Inclusão no Ensino Superior**. Docência e Necessidades Educacionais Especiais. Natal: EDUFRN. 2013, p. 57-82.

SOBRE A ORGANIZADORA

THAISLAYNE NUNES DE OLIVEIRA - Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (2013), com especialização na modalidade Residência Multiprofissional em Saúde Pública pelo Hospital Universitário Antônio Pedro (2015). Em 2017 se tornou Mestre em Política Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. E inicia Doutorado no mesmo programa e universidade em 2018, pesquisadora e bolsista vinculada a Coordenação de Aperfeiçoamento da Pesquisa de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na área de concentração Avaliação de Políticas Sociais e linha de pesquisa Avaliação de Políticas de Seguridade Social. Atualmente tem se dedicado a pesquisa com mulheres com câncer de mama, buscando identificar a trajetória do cuidado em saúde e aspectos que podem influir no acesso ao diagnóstico, tratamento e recuperação da doença. Possui experiência profissional na Previdência Social e na Assistência Social, e atualmente é Assistente Social na área da Saúde vinculada ao Núcleo de Apoio à Saúde da Família, no município do Rio de Janeiro. Atua ainda como palestrante em diversas atividades realizadas pela própria Prefeitura e também pela Universidade Estácio de Sá. A autora possui experiência nas áreas: políticas sociais, políticas públicas, direitos sociais, seguridade social, envelhecimento, violência, rede socioassistencial, entre outros.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acolhimento 91, 94, 97, 98, 104, 111, 113, 115

Acumulação 1, 2, 3, 4, 6, 22, 30, 58, 59, 60, 108, 109, 116, 123, 158, 159, 160, 161, 162, 163

Adolescentes 64, 113, 115, 181, 187

Assistência Social 7, 15, 56, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 77, 78, 80, 82, 83, 96, 107, 110, 113, 114, 115, 117, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 158, 159, 163, 164, 165, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 188, 193, 197, 198, 200

B

Benefício 48, 49, 82, 90, 164, 166, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189

Bolsa Família 72, 73, 80, 81, 82, 158, 159, 164, 165, 168, 169, 182, 183

C

Capitalismo 1, 2, 4, 6, 7, 23, 32, 50, 59, 75, 76, 77, 109, 121, 123, 159, 166, 169, 177, 192

Capitalista 2, 3, 5, 6, 13, 21, 22, 23, 26, 30, 31, 32, 38, 47, 53, 58, 59, 82, 93, 108, 109, 112, 114, 115, 116, 121, 123, 126, 160, 166, 171, 172, 174, 175, 176, 192, 193

Conselho 12, 18, 33, 38, 61, 62, 67, 68, 69, 70, 99, 136, 138, 141, 143, 146, 173, 192, 193, 199

Controle Social 8, 9, 11, 12, 15, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 136, 137, 142, 145, 147, 163, 165

D

Deficiência 64, 168, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199

Desigualdade Social 7, 14, 43, 59, 72, 73, 77, 78, 80, 81, 82, 120, 166, 175

Direito 4, 7, 8, 13, 17, 39, 44, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 62, 63, 64, 68, 70, 71, 75, 84, 85, 88, 89, 90, 92, 94, 102, 105, 113, 114, 125, 138, 148, 154, 156, 160, 161, 163, 168, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 186, 187, 189, 191, 194

Direitos 3, 7, 8, 11, 13, 15, 16, 17, 18, 37, 52, 54, 55, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 68, 69, 70, 72, 74, 76, 77, 80, 82, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 110, 113, 114, 115, 116, 118, 121, 122, 132, 137, 140, 142, 144, 154, 156, 160, 162, 164, 165, 167, 168, 173, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 188, 190, 191, 192, 193, 197, 198, 200

E

Educação 8, 11, 13, 16, 18, 36, 42, 43, 80, 81, 82, 85, 96, 97, 98, 101, 102, 103, 105, 117, 122, 164, 166, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199

Estado 6, 7, 12, 13, 14, 15, 17, 25, 26, 30, 31, 32, 41, 42, 50, 57, 63, 64, 68, 69, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 85, 86, 87, 93, 97, 98, 100, 101, 102, 107, 108, 110, 111, 118, 121, 125, 136, 137, 138, 139, 142, 143, 145, 147, 159, 160, 161, 163, 167, 168, 169, 173, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 187, 193, 194, 197, 198

Estigma 43, 46, 128, 129, 130, 132, 134, 135

Europa 1, 2, 4, 57, 58, 76, 85, 87, 89, 90, 108, 109

J

Jornal 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38

L

Lixo 9, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51

M

Mulher 56, 58, 113, 114, 115, 122, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 149

N

Negra 57, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134

Negro 42, 52, 55, 57, 58, 60, 122, 123, 124, 127, 129, 133

O

Objetificação 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134

Organizações da Sociedade Civil 67, 136, 137, 138, 145, 146

P

Participação 11, 15, 16, 28, 38, 50, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 80, 137, 139, 142, 143, 144, 145, 150, 160, 161, 163, 176, 180, 185, 187

Periferia 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38

Pessoa com Deficiência 179, 180, 181, 184, 185, 186, 187, 188, 193, 194

Planejamento 14, 17, 78, 82, 83, 100, 136, 140, 141, 142, 143, 145, 146

Política Social 28, 39, 64, 83, 136, 158, 160, 163, 165, 168, 169, 192, 198, 200

Políticas Públicas 9, 14, 15, 18, 23, 30, 32, 38, 39, 48, 62, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 78, 80, 107, 110, 112, 113, 115, 116, 120, 138, 141, 143, 145, 147, 176, 197, 200

Políticas Sociais 15, 72, 73, 74, 77, 78, 79, 82, 104, 112, 117, 118, 120, 138, 158, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 178, 181, 192, 200

População 4, 6, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 16, 21, 35, 36, 41, 42, 43, 44, 47, 64, 65, 69, 70, 74, 77, 79, 80, 81, 96, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 130, 132, 133, 142, 143, 145, 149, 163, 165, 168, 173, 174, 175, 176, 194

Popular 22, 27, 28, 29, 32, 38, 60, 62, 65, 66, 67, 68, 88, 160, 163

Previdência Social 63, 138, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 162, 163, 164, 178, 179, 180, 181, 200

Q

Questão Agrária 1, 2, 6

Questão Social 2, 6, 26, 52, 56, 60, 72, 75, 76, 77, 78, 80, 83, 84, 91, 93, 95, 96, 104, 107, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 122, 141, 142, 158, 159, 160, 161, 163, 167, 177, 192, 193

Questão Urbana 19, 20, 21, 22, 27, 30, 31, 109

R

Racismo 52, 55, 56, 57, 58, 59, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 132

Refugiados 52, 53, 54, 55, 57, 59, 60, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106

Refúgio 52, 54, 57, 58, 60, 84, 85, 86, 88, 89, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 105

Rua 24, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 173

S

Saneamento 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 148, 151

Seguridade Social 63, 64, 65, 77, 138, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 162, 169, 178, 179, 181, 200

Serviço Social 6, 15, 16, 17, 18, 20, 24, 28, 39, 43, 51, 60, 70, 71, 84, 94, 95, 107, 112, 113, 116, 117, 118, 120, 127, 128, 136, 145, 146, 150, 157, 158, 159, 167, 168, 169, 170, 189, 190, 195, 200

Sexualização 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134

Sociedade 2, 3, 5, 6, 7, 8, 13, 16, 21, 22, 23, 30, 31, 47, 51, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 73, 75, 82, 91, 92, 93, 108, 109, 111, 112, 114, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 142, 143, 145, 146, 150, 157, 159, 160, 162, 163, 168, 169, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 180, 181, 185, 187, 190, 191, 192, 193, 194, 198

T

Trabalho 1, 2, 3, 5, 6, 11, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 38, 39, 42, 43, 46, 47, 48, 50, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 64, 69, 74, 75, 76, 79, 84, 89, 93, 94, 95, 96, 100, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 124, 125, 127, 128, 129, 131, 133, 134, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 150, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 164, 166, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 192, 195, 197

U

Universidade 1, 17, 19, 28, 38, 39, 51, 52, 62, 84, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 112, 118, 120, 128, 148, 153, 156, 158, 177, 178, 190, 191, 194, 195, 196, 197, 198, 200

Processos de Subjetivação no Serviço Social

5

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Processos de Subjetivação no Serviço Social

5

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020